

<https://doi.org/10.26512/pl.v10i19.34021>

Artigo recebido em: 20/02/2021

Artigo aprovado em: 26/02/2021

Artigo publicado em: 05/05/2021

COMPORTAMENTO E GRAMÁTICA um olhar wittgensteiniano sobre a noção skinneriana de significado

BEHAVIOR AND GRAMMAR a Wittgensteinian look on the Skinnerian notion of meaning

João Henrique Lima Almeida¹

(joaohlalmeida@gmail.com)

RESUMO

Neste artigo, as concepções de significado no behaviorismo radical de Skinner e em Wittgenstein são abordadas em vista de duas questões relativas aos estados subjetivos e à determinação causal do comportamento. O confronto de ambas as concepções expressa concordância na rejeição do referencialismo e do mentalismo, bem como na ênfase no comportamento humano. No entanto, a concordância superficial esconde uma tensão entre o normativo e o empírico na qual há radical discordância. Wittgenstein enfatiza o caráter organizador da gramática que rege a linguagem, enquanto Skinner a toma como mera generalização das contingências empíricas, o que produz noções distintas de comportamento.

Palavras-chave: Comportamento. Gramática. Significado.

ABSTRACT

In this article, Skinner's radical behaviorism and Wittgenstein's conceptions of meaning are approached in view of two questions related to subjective states and causal determination of behavior. The confrontation of both conceptions expresses agreement in rejecting referentialism and mentalism, as in the human behavior emphasis. However, the superficial agreement hides a tension between the normative and the empirical, in which there is radical disagreement. While Wittgenstein emphasizes the organizative character of the grammar that rules language, Skinner takes it as mere generalization of empirical contingencies, which produces different notions of behavior.

Keywords: Behavior. Grammar. Meaning.

INTRODUÇÃO

Com as palavras todo cuidado é pouco, mudam de opinião como as pessoas.
SARAMAGO, José. *As Intermittências da Morte*. 2005, p. 65.

¹ Graduando em Psicologia na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4065838357233650>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5702-3794>.



Palavras e sentenças mudam de opinião ou significado ao sabor do contexto de enunciação, da cultura e do período histórico. Mas o que subjaz a uma tal mudança? As variações na vida de uma pessoa são capazes de alterar o significado de uma palavra? As palavras mudam de opinião *como* as pessoas ou *com* as pessoas, de sorte que cada um possui seu significado singular para cada termo? É possível abordar essa problemática a partir de uma tensão entre o ponto de vista normativo e o empírico, em que o segundo vê os significados variarem ao capricho das contingências e o primeiro aponta para um elemento organizador das próprias contingências empíricas. No sentido de enriquecer a fecundidade filosófica dessa tensão, exploraremos, como resultado de revisão bibliográfica, a noção de significado no behaviorismo radical a partir de duas questões norteadoras; em seguida leremos uma passagem na qual Bertrand Russell exprime sua teoria do significado à luz de Skinner e Wittgenstein; por último, apresentaremos as noções de linguagem e significado em Wittgenstein, retomando aquelas mesmas questões, a fim de pôr as teses behavioristas a esta nova luz e realizar um confronto cujo resultado serão concepções distintas de significado, comportamento e gramática.

106

1 A PROPÓSITO DO SIGNIFICADO

Inserido na visão comum da linguagem como instrumento, o significado de uma palavra foi usualmente tratado na história da Filosofia como *o objeto à qual ela se refere ou designa*. Essa concepção se expressou em casos como o de Agostinho (1980), no qual mesmo palavras como “se” ou “de”, por não encontrarem referências externas, são tratadas como designadoras de estados de alma específicos daquele que as enuncia. Notamos pelo menos duas noções aqui implícitas: a linguagem é univocamente designadora de objetos ou estados (mesmo internos); e seus átomos são as palavras. Em suas *Investigações Filosóficas* (2009a), utilizando o próprio Agostinho como interlocutor, Wittgenstein confronta ambas essas noções, que, inclusive, foram tomadas de maneira similar por ele mesmo em sua primeira filosofia.² Nessas investigações, como veremos, a noção de linguagem como advinda da própria miríade de ações humanas não pôde resultar em uma função unívoca, mas múltipla. A imagem encontrada por Wittgenstein para a multiplicidade da linguagem foi a de um conjunto

² Trata-se do pensamento expresso no *Tractatus Logico-Philosophicus* (2001).



de jogos, uma vez que seu aprendizado consiste no domínio de determinadas regras para a ação.

À primazia da ação na linguagem corresponde a primazia do emprego no que diz respeito ao significado; portanto, Wittgenstein não hesita em combater o referencialismo ao afirmar que significado é uso (WITTGENSTEIN, 2009a, §43). Uma das consequências dessa concepção é fazer a lógica depender num sentido mais forte dos movimentos da vida, o que oferece à análise linguística da sua segunda filosofia uma face completamente distinta da feição analítica e *a priori* do *Tractatus* (2001), pouco afeita a exemplos. Desse modo, seus últimos escritos serão marcados pela análise de palavras e sentenças nos mais variados contextos, inclusive hipotéticos, com a finalidade de lançar luz sobre a gramática que rege o emprego com sentido da expressão analisada e afastar as ficções favorecidas pela superfície da linguagem.

Fazer a lógica depender dos movimentos da vida pode nos conduzir a dois questionamentos: *i. os estados subjetivos de uma enunciação são essenciais ao seu significado? ii. a determinação causal de uma enunciação importa ao seu significado?* Esses questionamentos se relacionam com a identificação comum entre *referência* e *significado*, que teve por consequência teórica confundir ambos os conceitos e tomar a noção do último como dada, como aponta Quine (2010). Presumindo tal identidade, compreende-se a linguagem enquanto *designação* ou *referência*, o que orienta a compreensão dos termos relativos a *estados psicológicos* como meros nomes para *objetos psicológicos*. A saída dessa confusão pode ser encontrada através da análise das nossas próprias práticas linguísticas, como o fez Wittgenstein, num procedimento que desautoriza aos estados subjetivos da enunciação a determinação dos significados das palavras.

Todavia, a conclusão de que os estados subjetivos não são essenciais à significação foi também alcançada por outros caminhos, como nas teorias que se nutrem duma perspectiva behaviorista. Dentre elas, destacamos o behaviorismo radical, cuja formulação teórica por Skinner – seguido no Brasil por nomes como José A. D. Abib – pôde se beneficiar das críticas dirigidas, inclusive por Wittgenstein, a modelos comportamentistas anteriores, como os apresentados por Watson (1913) e Carnap (1933). Essa expressão do behaviorismo, que logrou maior fecundidade científica que as demais, responde de maneira similar a Wittgenstein, ainda que por lógica distinta, ao nosso primeiro questionamento. No entanto, no que diz respeito ao segundo questionamento, não encontramos concordância. O significado de um enunciado é para Skinner inteiramente causal, o que quer dizer



que deve ser encontrado na história de vida do indivíduo que enuncia (SKINNER, 1982), recurso que não poderia interessar menos a Wittgenstein.

Nesse sentido, nos será oportuno diferenciar a lógica que leva Wittgenstein a negar os estados subjetivos como essenciais à significação da lógica behaviorista, o que expressará em noções distintas de comportamento e gramática. As noções alcançadas de comportamento ilustrarão a diferença entre um tratamento causal do significado e um gramatical. Nosso objetivo geral não será, no entanto, dissuadir o leitor de uma possível identificação de behaviorismo na obra de Wittgenstein, mas submeter a noção causal de significado, assumida no behaviorismo, a uma investigação wittgensteiniana, visando a expor suas eventuais lacunas.

2 FUNCIONALISMO E EVENTOS PRIVADOS

Se é no *Verbal Behavior* (2014) que Skinner apresenta sua noção de significado, não podemos deixar de considerar que as abstrações contidas nesse livro partem fundamentalmente de experimentos expressos, sobretudo, no *The Behavior of Organisms* (1938). A partir de experimentos com animais, Skinner chega a importantes conclusões, como a de que o comportamento dos organismos é controlado por suas consequências e a de que o comportamento, apesar de *descrito* a partir de sua topografia, é apenas *explicado* a partir de sua função. Ou seja, dois comportamentos topograficamente idênticos, como no caso de beber um copo d'água, podem ser radicalmente distintos em suas funções, se um deles resulta numa privação de água do indivíduo e o outro funciona como fuga do contato visual com alguém. Skinner combate então quaisquer explicações mentalistas que pretendam explicar tais comportamentos em termos de sensações, emoções ou sentimentos que o acompanham. Todos eles, diria Skinner, são frutos das contingências ambientais às quais o indivíduo foi submetido, isto é, sua história de vida, e o comportamento humano poderia muito bem ser explicado sem a recorrência a possíveis causas internas (Cf. SKINNER, 2003).

Uma concepção funcionalista do comportamento implicará, então, uma concepção funcionalista de linguagem, que é, segundo Abib (1994, p. 477), “o comportamento de ouvintes governado por regras gramaticais”. Com tal concepção, Skinner se opõe a uma tradicional noção referencialista de significado, em que as partes mínimas da linguagem nomeariam ou se refeririam a objetos do mundo, para defender a noção



de que determinadas propriedades do mundo *controlam* comportamentos verbais. Vejamos uma das passagens nas quais Skinner expressa sua noção funcionalista de linguagem no *Verbal Behavior*:

Estas relações funcionais³ são úteis, antes de tudo, como um mero esquema classificatório, funcionando nesse sentido algo como os esquemas classificatórios da gramática. Não é uma classificação das formas de resposta, desde que não podemos dizer unicamente a partir da forma em qual classe uma resposta reside. *Fogo* pode ser (1) um mando para um esquadrão de bombeiros, (2) um tacto para um incêndio, (3) uma resposta intraverbal para o estímulo *preparar, apontar...*, ou (4) uma resposta ecoica ou (5) textual para estímulos verbais apropriados. É possível que propriedades formais da resposta vocal, especialmente sua entonação, possa sugerir um tipo de variável controladora, mas uma análise não pode ser alcançada apenas a partir de evidências internas. A fim de classificar o comportamento efetivamente, devemos saber as circunstâncias sobre as quais ele é emitido. (SKINNER, 2014, p. 186, tradução nossa)⁴

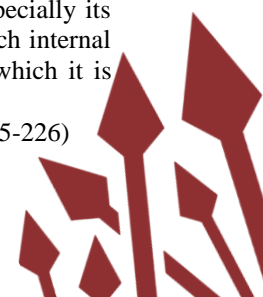
109 Ao pôr relevo à função em detrimento da forma, estrutura ou topografia, Skinner demarca que, bem como uma mesma palavra pode cumprir funções distintas, diferentes estruturas sentenciais podem cumprir uma mesma função, como nos casos das expressões “*Dê-me um copo d’água*”, “*Gostaria de um copo d’água*”, e, simplesmente, “*Água!*”, que em determinado contexto produzirão a mesma consequência de *ser servido um copo d’água* e, portanto, cumprirão a mesma função. Disso decorre que Skinner não admite uma atomização estrutural no tratamento de comportamentos verbais, ou seja, a unidade mínima da linguagem não seria a palavra, mas o *operante verbal*, um comportamento que é funcional em contingências de reforço.⁵

Qual o espaço, então, reservado aos estados internos ou subjetivos nessa concepção funcional de significado? Para responder, precisamos compreender as duas acepções em que o termo “eventos privados” pode ser tomado no behaviorismo radical. Abib propõe uma

³ As relações funcionais citadas por Skinner são: o *mando*, que possui funções de pedir, ordenar e afins e é controlado por um operador motivacional; o *tacto*, que é evocado ou reforçado por um objeto ou evento particular do mundo físico; a resposta *intraverbal*, que é controlada por outras respostas verbais imediatas; a *ecoica*, que é uma repetição ou imitação; e a *textual*, que é uma cópia ou transcrição. Além disso, há a *audiência*, que é um estímulo prévio controlador de um conjunto de respostas, sobretudo verbais. (Cf. SKINNER, 2014).

⁴ “These functional relationships are useful first of all as a mere classificatory scheme, functioning in this sense somewhat like the classificatory schemes of grammar. It is not a classification of forms of response, since we cannot tell from form alone into which class a response falls. *Fire* may be (1) a mand to a firing squad, (2) a tact to a conflagration, (3) an intraverbal response to the stimulus *Ready, aim ...*, or (4) an echoic or (5) textual response to appropriate verbal stimuli. It is possible that formal properties of the vocal response, especially its intonation, may suggest one type of controlling variable, but an analysis cannot be achieved from such internal evidence alone. In order to classify behavior effectively, we must know the circumstances under which it is emitted”.

⁵ Tema explorado no Capítulo 8 “*The Verbal Operant as a Unit of Analysis*” (SKINNER, 2014, pp. 185-226)



distinção segundo o acesso quando diferencia os *estados corporais internos* – que são acessíveis através de instrumentos mesmo que estes ainda não existam – da *experiência subjetiva* – que é inacessível por princípio e privada para sempre, uma vez que impossibilita a medição instrumental. “Assim como não faz sentido afirmar que o vermelho que eu vejo é igual ou diferente do vermelho que outra pessoa experiencia (vê), também não faz sentido descrever qualidades do ato de sentir de outra pessoa.” (ABIB, 1982, pp. 97-98)

Nessa concepção, existem alguns eventos privados que são, no campo da possibilidade lógica, passíveis de mensuração. E outros que, como o ato de sentir, são excluídos logicamente da possibilidade de tratamento empírico. São epifenômenos, o que quer dizer que são subprodutos do comportamento não redutíveis “nem ao que é internamente sentido, nem ao comportamento verbal que o descreve” (ABIB, 1982, p. 100). Os epifenômenos são irredutíveis justamente pela inacessibilidade da comunidade verbal, visto que sem o treino social o indivíduo não pode aprender a descrevê-los, ao contrário dos eventos privados do primeiro tipo, que podem ser, com a instrumentação devida, publicizados, e assim passíveis de descrição.

110 A submissão, contudo, da existência de tais fenômenos subjetivos a comportamentos públicos ou publicizáveis sinaliza sua baixa relevância às relações funcionais. Sendo assim, seus possíveis efeitos físicos não podem ser importantes à determinação do comportamento operante (ABIB, 1982, p. 100), como o verbal, e, assim, são irrelevantes à significação – que nesse sentido é compreendida em termos de antecedentes históricos da enunciação. Os eventos privados do primeiro tipo (estados corporais internos), por outro lado, interferem nos assuntos da linguagem apenas na medida em que são tornados públicos, quando se submetem a uma comunidade verbal. Determinam o ato da enunciação do mesmo modo que as estimulações externas presentes e a história de vida do enunciador dentro de uma complicada relação funcional, e, portanto, não podem prevalecer às demais variáveis. Todo o histórico do enunciador pode constituir o significado da enunciação, e não apenas circunstâncias presentes, sejam elas externas ou internas. Os eventos privados que acompanham a enunciação, logo, são efeitos das mesmas causas que produziram a enunciação, ou seja, ao contrário de serem efetivamente *causas* da enunciação, como um referencialismo mentalista poderia compreender, são *parte* dela.

A partir desse raciocínio podemos concluir como resposta ao nosso primeiro questionamento que, para o behaviorismo radical, os eventos privados são mais acompanhantes do que propriamente causas das enunciações (Cf. SKINNER, 2003,



pp. 283-285), o que os torna não essenciais à significação. Quanto ao segundo questionamento, não só o significado depende da determinação causal da enunciação, como o significado é a determinação causal ela mesma, isto é, a história de vida antecedente. É por esse mesmo motivo que Skinner não pôde concordar com a noção de que alguém reagiria a um signo do mesmo modo que ao objeto que ele substitui (SKINNER, 1945). Para tanto, seria necessário que ou este alguém tenha tido o mesmo histórico de exposição a ambos os elementos, ou eles tenham sido emparelhados num sentido pavloviano.⁶ Isso nos leva a uma importante interlocução que Skinner faz com Russell sobre a função da linguagem e nos conduzirá, enfim, a uma leitura wittgensteiniana das concepções apresentadas.

3 RUSSELL E A RAPOSA

Em 1940, enquanto Wittgenstein ainda escrevia suas *Investigações Filosóficas*, Bertrand Russell publica seu livro *An Inquiry into Meaning and Truth* (1995), em que nos oferece sua noção de linguagem. Na base dessa noção, Russell posiciona o que chama de *Palavras-objeto*, que são palavras intimamente relacionadas com ocorrências não linguísticas, e parecem ser um equivalente da relação que Skinner posteriormente chamará de *tacto*. “Palavras-objeto”, diz Russell, “são definidas, logicamente, como palavras que possuem significado em isolamento, e, psicologicamente, como palavras que foram aprendidas sem ser necessário que se tenha aprendido previamente quaisquer outras palavras” (RUSSELL, 1995, p. 65)⁷. Influenciado por Alfred Tarski, Russell afirma uma hierarquia de linguagens, na qual a linguagem primária é constituída pelas palavras-objeto, sendo as palavras-lógicas⁸ – como as conjunções e a expressão “é verdade que” – incluídas apenas no próximo nível linguístico, já que se referem à própria linguagem e não mais ao mundo físico.

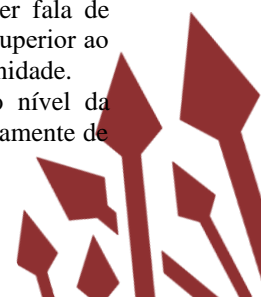
Ora, seria suficiente para causar arrepios em Wittgenstein a noção de uma palavra que possui significado isoladamente – nem mesmo o *Tractatus* admite isso⁹ –, bem como de uma

⁶ Trata-se de um adjetivo relativo a Ivan Pavlov, principal nome da reflexologia russa e importante influenciador do behaviorismo com a teoria dos reflexos condicionados através do emparelhamento de estímulos.

⁷ “[...]‘object- words’ are defined, logically, as words having meaning in isolation, and, psychologically, as words which have been learnt without its being necessary to have previously learnt any other words.

⁸ É importante destacar que tal noção, do mesmo modo que a anterior, encontra correspondência em Skinner, a saber, no conceito de *autoclíticos*. Apesar de não promover uma hierarquia de linguagens, Skinner fala de “diferentes níveis de elaboração na emissão do comportamento verbal”, sendo o autoclítico um nível superior ao do *tacto* (2014, p. 313.). É possível realizar, no alvo da crítica skinneriana, também um exame de paternidade.

⁹ O sentido pelo qual é possível caracterizar o *Tractatus* (2001) como referencialista reside no nível da proposição, que figura determinado estado de coisas e faz o significado dos nomes depender necessariamente de



palavra cujo aprendizado se realiza independentemente de outras palavras. A primeira noção expressa ainda a confusão entre referência e significado, que Wittgenstein (2009a, §40) dissolve ao diferenciar do significado de um nome o seu portador e conferir ao contexto da palavra as condições de sua significação. A segunda noção prova-se do mesmo modo incorreta quando a análise das práticas linguísticas nos mostra que “muito deve ser preparado numa linguagem para que a mera nomeação faça sentido” (WITTGENSTEIN, 2009a, §49, §257)¹⁰, ou seja, não é possível nomear um objeto sem antes dominar um conjunto de técnicas linguísticas.

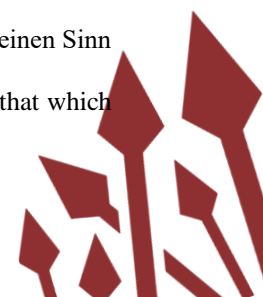
Não é, porém, por esse motivo que convidamos Russell à nossa incursão, mas sim para investigar um trecho particular em que ele expressa uma noção um tanto pavloviana da relação entre palavra e objeto e que nos ajuda a ilustrar as críticas possíveis ao referencialismo. Se, por um lado, Russell, Skinner e Wittgenstein concordam em que os critérios para a compreensão de uma palavra se localizam no comportamento daquele que ouve, por outro, parecem discordar acerca das relações expressas por esses comportamentos. Segundo Russell, “geralmente, quando alguém ouve uma palavra-objeto que compreende, seu comportamento é, até certo ponto, aquele que o objeto mesmo teria causado” (RUSSELL, 1995, p. 68)¹¹. Para Skinner, não passa de uma parcela muito restrita do comportamento humano ocasiões nas quais palavra e objeto são associadas a ponto de causar o mesmo efeito. Tal relação encontra raízes na reflexologia russa pela qual Watson foi influenciado e expressa uma noção incompleta de comportamento. O mais importante para Skinner não é que a palavra emitida – no exemplo, quando se está na floresta e alguém diz “Raposa!” – substitua o objeto e, portanto, produza os mesmos efeitos que ele produziria, como num reflexo, mas sim que a palavra configure uma ocasião na qual certos comportamentos foram anteriormente reforçados no histórico do indivíduo (SKINNER, 2014, pp. 87-88).

Skinner, no entanto, apesar de questionar o alcance da explicação de Russell, não critica radicalmente a natureza da sua compreensão de linguagem, como vimos acima que Wittgenstein faria. O behaviorista apenas se propõe a ampliar, através de uma análise funcional, o escopo da explicação do comportamento oferecida por Russell, o que se relaciona diretamente com sua noção de significado, visto que, para Skinner, perguntar pela explicação do comportamento é perguntar pelo seu significado e vice-versa. Com esse movimento, ele

tal relação de afiguração. Por outro lado, o referencialismo de Russell, reside no nível da relação nome-objeto, o que o conduz a propor que nomes possuem significado em isolamento.

¹⁰ “[...] so vergißt man, daß schon viel in der Sprache vorbereitet sein muß, damit das bloße Benennen einen Sinn hat.”

¹¹ “Generally, when you hear an object-word which you understand, your behaviour is, up to a point, that which the object itself would have caused.”



desloca o significado da *referência ao objeto* para a *história de vida do indivíduo*, rompendo com o referencialismo de Russell mas dando continuidade à sua concepção causal de significado: os elementos que determinam o significado de uma palavra seguem sendo de estatuto empírico.

É possível concluir agora que, se depende de causalidade empírica, a consideração skinneriana de significado implica a divisão fundamental entre emissão e recepção, ou seja, o significado de uma mesma sentença para quem escuta ou lê é diferente para aquele que fala ou escreve. Diz Skinner:

Teorias do significado costumam considerar o comportamento do falante e ouvinte ao mesmo tempo. A prática é encorajada pela noção de “uso das palavras”, que parece libertar a palavra do comportamento do falante ou ouvinte para assim se sustentar em uma relação de referência a um objeto. (SKINNER, 2014, p. 86, tradução nossa)¹²

Nesse sentido, Skinner julga ser um defeito tomar o significado em independência das enunciações particulares, e faz parecer que falar de “uso” é cair no referencialismo. Porém, ele parece não notar o inconveniente de misturar significado com causalidade e virar presa fácil para um relativismo que venha a dissolver as condições de sentido das enunciações, uma vez que os significados dos termos dependeriam sempre da história de cada um – o que faria nos perguntar, por exemplo, acerca do que garantiria a compreensão mútua num diálogo. Em proveito disso, parece-nos oportuno apresentar mais detalhadamente a concepção wittgensteiniana de “significado como uso”, que, além de romper com o referencialismo, adota uma concepção não causal de significado.

4 SIGNIFICADO COMO USO

Não se pode falar de “significado” no segundo Wittgenstein sem se falar também de jogos de linguagem. Tal caracterização das funções linguísticas distingue-se de antemão de um elemento caro à Filosofia Analítica – sob influência da própria filosofia tractariana –, que

¹² “Theories of meaning usually consider the behaviors of both speaker and listener at the same time. The practice is encouraged by the notion of the “use of words,” which appears to free the word from the behavior of speaker or listener so that it may stand in some relation of reference to an object”.



é a forma proposicional geral.¹³ Para o Wittgenstein do *Tractatus*, tudo aquilo que pode ser dito com sentido pode ser dito sob uma proposição verifuncional à qual perguntamos, em confronto com o mundo, pelo valor de verdade, sendo o restante da linguagem um conjunto de ornamentos dispensáveis. Sua segunda filosofia, por outro lado, não só admite ser impossível reduzir as múltiplas funções linguísticas a uma forma geral, como deixa de se referir ao mundo, como o fez com as expressões “estado de coisas” e “objeto”, e passa a assumir cada vez mais o espírito de uma investigação gramatical, intralinguística (Cf. COFFA, 1993). No entanto, se por um lado Coffa diz este ser, ao menos num primeiro momento, um movimento que torna as investigações wittgensteinianas “mais etéreas”, por outro, tanto as *Investigações Filosóficas* (2009a, §243) como as *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* (1988) apresentam de maneira bem clara qual é o nada etéreo alicerce das nossas atividades linguísticas:

Crer que alguém está com dor, duvidar se está, são tipos tão naturais de comportamento direcionado a outros seres humanos; e nossa linguagem não é senão uma auxiliar para e uma extensão desse comportamento. Quero dizer: nossa linguagem é uma extensão do comportamento mais primitivo. (Já que nosso *jogo de linguagem* é comportamento.) (WITTGENSTEIN, 1988, I, §151, tradução nossa)¹⁴

114

Não é senão à sua gênese nos comportamentos mais primitivos do ser humano que a linguagem deve sua multiplicidade. Esses comportamentos providenciam a rocha matriz sob a qual manifestações verbais e expressões do mental são enxertadas (HACKER, 1999) e, sendo o ponto de intersecção entre o agir e o falar, entre conduta e uso da linguagem, eles consistem na marca do conceito de jogos de linguagem (SCHULTE, 2003). Entre esses jogos de linguagem primitivos encontra-se a manifestação de dor, que tem o choro, expressão primitiva, substituído por enunciações como “sinto dor”. A linguagem, no entanto, não pode ser resumida por substituições dessas manifestações primitivas, visto que ela avança para usos que não repousam diretamente em comportamentos específicos, como quando se diz que alguém está saudoso.

Desse modo, é possível afirmar a existência de certa hierarquia na linguagem, ainda que não no sentido tarskiano ou russelliano de diferentes níveis referenciais bem

¹³ Esse movimento de foco na forma proposicional fez parte do que se convencionou chamar “virada linguística”, que rompe com o conceito de representação (*Vorstellung*) como o elemento da consciência essencial à figuração do mundo, em favor da ênfase na linguagem.

¹⁴ ¹⁴ “Glauben, daß der Andere Schmerzen hat, zweifeln, ob er sie hat, sind so viele natürliche Arten des Verhaltens zu den andern Menschen; und unsere Sprache ist nur ein Hilfsmittel und ein witerer Ausbau dieses Verhaltens. Ich meine: unser Sprachspiel ist ein Ausbau des primitiveren Benehmens. (Denn unser *Sprachspiel* ist Benehmen.)”



determinados, mas no sentido de que usos de conceitos que se aproximam mais ou menos de formas instintivas de comportamento podem ser ordenados segundo casos individuais (SCHULTE, 2003). Ou seja, não há um ordenamento fixo, mas um que varia sob fins de análise, característica que afasta o pensamento de Wittgenstein de uma feição teórica.

É por conta dessa possibilidade de ordenamento que Ter Hark falará de relações verticais e horizontais de jogos de linguagem: as primeiras são relações *entre* jogos e se aplicam a *alguns* deles; já as segundas são relações *dentro* dos jogos e se aplicam a *todos* eles. Sendo assim, podemos falar de relações horizontais fisionômicas do conceito de dor, ou seja, expressões comportamentais características, mas não podemos falar o mesmo da saudade. Ter Hark diz que:

Uma característica geral dos jogos de linguagem verticalmente relacionados a outros jogos de linguagem é que, num contexto horizontal, eles são quase inteiramente linguísticos. Eles são linguísticos não acidentalmente, mas necessariamente: a linguagem é constitutiva dos fenômenos (psicológicos) em questão. (TER HARK, 1990, p. 40, tradução nossa)¹⁵

115

Compreendendo de tal maneira, podemos falar da saudade, então, como um fenômeno linguisticamente determinado. Ainda que possa se relacionar com alguns comportamentos, o que indica o caráter vertical dessa relação é que não há um comportamento específico que o caracterize, como há para a dor. Parafraseando a passagem de Ter Hark sobre a esperança, podemos dizer que as relações horizontais nas quais “sentir saudades” se embute em jogos de linguagem são, primariamente, relações linguísticas e não fisionômicas (TER HARK, 1990, p. 40). Wittgenstein já advertira: por que não conseguimos imaginar um animal esperançoso? (WITTGENSTEIN, 2009b, §1) O mesmo podemos nos perguntar sobre o animal saudoso. É tão somente no interior de um amplo contexto linguístico que conceitos como o de esperança e de saudade são aplicáveis e compreensíveis.

Além de oferecer o contexto para a compreensão de um conceito, o jogo de linguagem oferece a norma para a sua aplicação. É nesse sentido que se pode tomar o “significado” como independente de relações causais e apontar sua natureza gramatical. “Podemos falar da função das palavras na frase, no jogo de linguagem, na linguagem. Mas ‘função’ significa, em cada um destes casos, *técnicas*. Reporta-se, portanto, a uma explicação e a um adestramento *gerais*” (WITTGENSTEIN, 2014, MSS 137-8, §348).

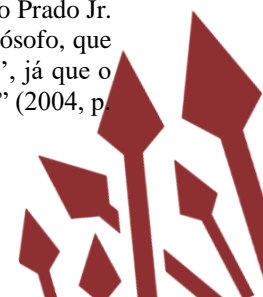
¹⁵ “A general characteristic of language-games vertically related to other language-games is that in a horizontal context they are almost entirely linguistic. They are linguistic not accidentally but necessarily: language is *constitutive* for the (psychological) phenomena in question”.



A concepção de significado como uso pode ser compreendida então da seguinte maneira: aprendemos palavras e expressões por meio de explicações e adestramentos gerais; tal aprendizado consiste na aquisição de regras para o uso dos termos, no domínio de técnicas que permitem o funcionamento da palavra do interior dos jogos de linguagem; esses jogos, no que chamamos acima de relações horizontais, conferem o contexto (verbal e não verbal) para que o uso do termo possua sentido; assim, o significado de um termo não é determinado pelo histórico de aprendizagem do indivíduo, mas pela gramática que rege seu uso com sentido, afinal de contas, o significado de uma palavra não muda se alguém o aprendeu incorretamente. O uso, assim, não se liberta do comportamento do falante, visto o comportamento ser constitutivo do jogo de linguagem ele mesmo.¹⁶

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos retomar aquele questionamento (i) em torno da importância dos estados subjetivos ao significado de uma enunciação. Ora, se é o contexto que determina o significado, parece realmente não haver espaço para qualquer ato subjetivo. O caso de termos ambíguos oferece notável exemplo. Posso, por assim dizer, vivenciar o significado da palavra “Rosa”, tanto segundo sua acepção de nome próprio como pela da conhecida flor. No entanto, no contexto da expressão “Sra. Rosa ganhou uma rosa”, não se podem simplesmente intercambiar os significados dos termos sem se dissolver seu sentido. O sentido não deve se desintegrar para a pessoa que ouve a enunciação, mas isso porque ouvir ou falar algo com sentido não é “desfilar os significados na mente” enquanto se faz (WITTGENSTEIN, 2009b, §15). Como ilustra ainda o próprio Wittgenstein, “se a frase me pode surgir como uma pintura verbal, e a palavra individual como uma imagem, já não é tão admirável que uma palavra pronunciada fora de todo o contexto e sem finalidade pareça portadora de um determinado significado” (WITTGENSTEIN, 2014, MS 169, §145). Por outro lado, se o estado subjetivo *contingente* não pode alterar o significado de uma expressão, vimos que a gramática que rege os significados é ancorada em manifestações primitivas, o

¹⁶ É importante destacar como os termos “função” e “uso” parecem ter acepções distintas nos autores aqui trabalhados. “Função” em Skinner aparece como um conjunto de variáveis, de causas, que controlam o comportamento. Wittgenstein, como vemos na citação a cima, dá relevo não ao caráter empírico e o caso individual numa relação funcional, mas ao aspecto geral numa técnica que orienta a prática individual. “Uso” segue a mesma linha. Skinner critica a atribuição do *significado* ao “uso das palavras” por parecer “libertar a palavra do comportamento do falante ou ouvinte para assim se sustentar em uma relação de referência a um objeto” (p. 86, 2014), mas parece ignorar que focar no uso, pelo menos na acepção wittgensteiniana, é focar nas condições de sentido estabelecidas pela gramática, e que são pressupostas pelo aprendizado individual. Skinner apreende o aspecto da gramática enquanto generalização empírica e ignora seu mais importante aspecto, o de normatização do empírico, que a confere um caráter *necessário*, mas não eterno; *a priori*, mas não por passar incólume à experiência, mas justamente por estar tão entremesclada a ela a ponto de organiza-la. Bento Prado Jr. resume: “O transcendental mistura-se com o empírico (soberanamente desprezado no Tractatus) e o filósofo, que cuida essencialmente de ‘análises gramaticais’, nem por isso despreza inteiramente a ‘história natural’, já que o estilo de uma forma de vida tem raiz na implantação biossocial da humanidade que a ‘vive’ ou pratica.” (2004, p. 105)



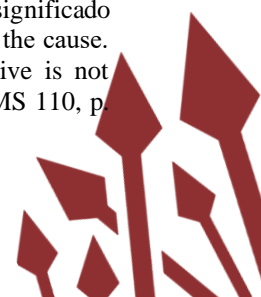
que pode nos levar à compreensão de um círculo virtuoso entre a subjetividade humana e a gramática que permite sua expressão.

Notamos ser algo distinto da maneira que Skinner aborda a questão. Este último rejeita a determinação pelo ato ou estado subjetivo do significado não porque o emprego da palavra repousa em regras, critérios de correção e contexto públicos – eles mesmos construídos na base de manifestações primitivas –, mas porque o que se diz subjetivo é determinado em completude pelo ambiente externo. Wittgenstein discordaria precisamente da compreensão desse ambiente externo como gramaticalmente desordenado. Deve-se, então, procurar o significado na história natural e não na gramática, marca do elemento causal na concepção behaviorista.

O questionamento (ii), que diz respeito à relevância da determinação causal do comportamento à significação, em Wittgenstein, segue a mesma lógica gramatical, mas dessa vez com resultado ainda mais distante do de Skinner. Em seus escritos, Wittgenstein explora reiteradamente o caráter normativo da atividade humana e insiste no valor da análise gramatical, por meio da qual obtemos uma visão panorâmica dessas normas. Assim, se importa à Ciência buscar as causas, importa à Filosofia buscar o sentido, o que significa dizer que não é a experiência “pura” que determina o significado, mas o conjunto de regras que a organiza.

Uma concepção de significado que se detém à causalidade só poderá, como brevemente aludido, reduzir a busca pelo que o termo significa ao caso individual, assim relativizando ao máximo os sentidos das enunciações. Por outro lado, uma concepção gramatical explora justamente aquilo que organiza os comportamentos verbal e não verbal, aquilo que repousa na reação humana mais primitiva e a partir dela logra um domínio autônomo capaz de orientar a compreensão dos mesmos elementos que permitem seu surgimento, que é o aspecto normativo da linguagem. Isso quer dizer que o ser humano, ao desenvolver uma linguagem, passa a comportar-se de acordo com as regras nela contidas, ou seja, se ordeno que me traga um copo d’água, há uma regra para o cumprimento e não cumprimento da ordem. Se o copo d’água é trazido, a ordem constitui *razão* para esse comportamento ainda que não necessariamente uma *causa*. A razão está contida na ação e é garantida pela gramática, a causa não.¹⁷ Compreender a autonomia da gramática, resultante de

¹⁷ Wittgenstein critica expressamente a confusão entre razões (ou motivos) e causas na teoria do significado causal de Russell na seguinte passagem: “Don’t we have here the essence of the motive in contrast to the cause. Clearly yes. The order, when I obey it, becomes the motive of my way of acting. And the motive is not hypothetical. I cannot be mistaken in the motive, it is contained in my action but not so its cause.” (MS 110, p. 94 *apud* TER HARK, p. 29)



sua função normativa, é a chave para desenredar os nós dessa confusão entre significado e causa.

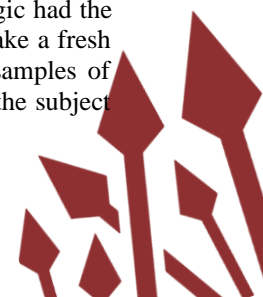
5 ENTRE O EMPÍRICO E O NORMATIVO

Uma das decorrências mais problemáticas da noção behaviorista de significado, reconhecida e formulada pelo próprio Skinner, a saber, que “não há significados que sejam os mesmos para falante e ouvinte” (SKINNER, 1982, p. 82), expressa uma visão naturalista de filosofia, que implica a desconsideração do estatuto de autonomia alcançado pela gramática:

Análises puramente formais de gramática e sintaxe (nas quais, por exemplo, partes da fala são definidas em termos de propriedades formais, incluindo frequência ou ordem de associação com outras partes assim definidas) são de pouco interesse aqui, onde nenhuma forma de comportamento verbal é significativa à parte de suas variáveis controladoras. Visões tradicionais de gramática e sintaxe como preocupadas com ‘o estudo das relações das ideias compreendidas em um pensamento’ são talvez mais próximas de nossa presente preocupação, mas, novamente, temos pouco a ganhar do tratamento tradicional. *É agora justa e amplamente reconhecido que a mistura de gramática e lógica foi desafortunada para ambos os campos.* As características acidentais da gramática grega e latina deixaram sua marca sobre a lógica por vários séculos, e a lógica obteve o infeliz efeito de sugerir a racionalização da gramática em termos de processos de pensamento. *Devemos fazer uma nova aproximação a ambos os campos analisando as atividades comportamentais envolvidas na emissão de maiores modelos de comportamento verbal.* Adicionalmente, ao considerar o operante verbal e atividades que compõem o objeto da gramática, estabeleceremos o fundamento para um tratamento do pensamento verbal. (SKINNER, 2014, p. 331, tradução e grifos nossos)¹⁸

O que Skinner propõe aqui é justamente o abandono do elemento apriorístico da gramática em razão de uma refundação dessa disciplina em fundamentos radicalmente comportamentais. Não deixa de ser uma crítica acertada por parte dele denunciar os problemas causados por uma análise puramente formal da linguagem. É precisamente esse

¹⁸ “Purely formal analyses of grammar and syntax (in which, for example, parts of speech are defined in terms of formal properties, including frequency or order of association with other parts so defined) are of little interest here, where no *form* of verbal behavior is significant apart from its controlling variables. Traditional views of grammar and syntax, as concerned with “the study of the relations of the ideas comprehended in a thought,” are perhaps closer to our present concern, but again we have little to gain from the traditional treatment. It is now fairly widely recognized that the mingling of grammar and logic has been unfortunate for both fields. The accidental features of Greek and Latin grammar left their mark upon logic for many centuries, and logic had the unhappy effect of suggesting the rationalizing of grammar in terms of thought processes. We may make a fresh approach to both fields by analyzing the behavioral activities involved in the emission of larger samples of verbal behavior. In addition, while accounting for the verbal operants and activities which compose the subject matter of grammar, we lay the groundwork for a treatment of verbal thinking”.



tipo de ficção que nos ilude a considerar a “dor” ou a “sensação” como um objeto psicológico semelhante aos objetos físicos, uma vez que o verbo “ter” se aplica tanto a dores e sensações quanto a objetos do segundo tipo. Não deixa de ser acertado também o movimento de buscar a raiz da gramática na própria ação humana e depurá-la de seus elementos mentalistas. Wittgenstein tanto compartilha de tais preocupações que, como visto acima, inclui mesmo sutis expressões fisionômicas no âmbito dos jogos de linguagem e reconhece a origem deles nas manifestações mais primitivas. Entretanto, não se trata de posicionar a gramática no domínio do puramente factual, mas submeter os fatos a normas convencionais da ação humana. Por outro lado, Skinner acaba por jogar o bebê fora com a água do banho ao enxergar na lógica gramatical uma atividade obsoleta que deve ser substituída por investigações meramente factuais, unicamente, devido às ficções induzidas pela superfície da gramática:

No uso das palavras, deve-se distinguir a ‘gramática superficial’ da ‘gramática profunda’. O que imediatamente se imprime em nós sobre o uso de uma palavra é o modo como ela é usada na estrutura sentencial, a parte do seu uso – pode alguém dizer – apreendida pelo ouvido. Agora compare a gramática profunda do verbo ‘significar’¹⁹ com o que sua gramática superficial nos leva a presumir. Não surpreende que se ache difícil saber como proceder. (WITTGENSTEIN, 2009a, §664, tradução nossa)²⁰

119

É possível perdoar parcialmente Skinner se consideramos que o conceito de gramática em Wittgenstein, “ao menos *prima facie*, pouco tem a ver com nosso conceito cotidiano de gramática” (FORSTER, 2017, p. 269). O movimento de distinguir a gramática em superficial e profunda é pouco usado e tem como consequências imediatas a aceitação de que ficções são produzidas na gramática, mas também a afirmação de que ficções gramaticais se resolvem na gramática ela mesma. A gramática é, portanto, autônoma, no sentido de que oferece regras para aplicação que não podem ser refutadas pela experiência. A expressão “nenhum solteiro é

¹⁹ No conjunto de seções que se inclui o parágrafo citado Wittgenstein analisa a gramática do verbo ‘meinen’, que, a depender do emprego, pode ser traduzido por significar, querer dizer ou ter em mente. A gramática superficial pode nos levar a crer que, por conta da similaridade formal, “significar” é um processo mental. Ou também: crer que quando digo algo que outrem entende mal e respondo “quis dizer outra coisa”, eu havia expressado em mente o desejo de proferir a palavra com outro significado.

²⁰ “Man könnte im Gebrauch eines Worts eine ‘Oberflächengrammatik’ von einer ‘Tiefengrammatik’ unterscheiden. Das, was sich uns am Gebrauch eines Worts unmittelbar einprägt, ist seine Verwendungsweise im *Satzbau*, der Teil seines Gebrauches a könnte man sagen a den man mit dem Ohr erfassen kann. — Und nun vergleiche die Tiefengrammatik, des Wortes “meinen” etwa, mit dem, was seine Oberflächengrammatik uns würde vermuten lassen. Kein Wunder, wenn man es schwer findet, sich auszukennen”.



casado” não é simplesmente uma verdade analítica ou uma generalização empírica, mas dispõe uma regra para a aplicação dos conceitos de “casado” e “solteiro”.²¹

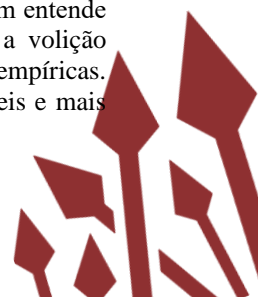
Divorciar a gramática da lógica e reduzi-la a generalizações empíricas é uma decisão teórica que leva cientistas a testar experimentalmente problemas conceituais, erro comum em Psicologia e um dos motivos de sua esterilidade científica, segundo Wittgenstein (2009b, §371). Essa mesma decisão resulta no desvio relativista de Skinner, que, no afã de dissociar significado de referência, o identifica com causa, fazendo com que eu tenha meu significado, você o seu.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, vê-se como a aparente concordância entre Wittgenstein e Skinner sobre a irrelevância dos atos subjetivos contingentes à significação resulta de duas lógicas bem distintas. Wittgenstein identifica o significado no emprego gramatical e Skinner, na história natural do indivíduo. Essa distinção fundamental não pôde resultar em concepções equivalentes de comportamento. O comportamento, para o primeiro, não pode ser dissociado da gramática, dos jogos de linguagem que o regulam e lhe conferem sentido. O cumprimento de uma ordem possui natureza gramatical. Para Skinner, o comportamento significa o que o determina causalmente e, portanto, a gramática é a generalização empírica das nossas práticas. Falar, então, de *razão* para o cumprimento de uma ordem significa falar de *causa* para o seu cumprimento.

A concepção de linguagem no segundo Wittgenstein buscou incluir expressões fisionômicas e comportamentos de maior magnitude no âmbito dos jogos constitutivos da gramática. A linguagem, portanto, deixa de ser marcada pela forma lógica das proposições para ser a atividade humana contextualizada e, por isso, fundada nas manifestações mais primitivas e instintivas. O comportamento humano aqui considerado constitui critério para a compreensão de expressões linguísticas tanto através de relações horizontais – como no comportamento de dor no interior do jogo de linguagem de atribuir dor – quanto através de

²¹ Jacques Bouveresse (1987) e Michael Forster (2017) negam que com tal natureza convencional Wittgenstein implique um convencionalismo “puro” e “simples”, que resulta num “voluntarismo” da linguagem, com entende Michael Dummett. Forster se ampara em Wittgenstein para dizer que o uso gramatical restringe a volição individual em três âmbitos: i. da natureza humana geral; ii. da cultura e tradição; iii. das regularidades empíricas. Ainda segundo Forster, existem razões para afirmar que alguns princípios gramaticais sejam preferíveis e mais justificáveis que outros devido a uma maior coerência com regularidades empíricas.



relações verticais – como nos comportamentos que podem fundar a atribuição de saúde, mas apenas em contextos mais amplos.

O behaviorismo radical, por outro lado, compreende o comportamento apenas como *sintoma* e nunca como *critério*. Notamos que Skinner, ao se deparar com as ficções mentalistas produzidas pela gramática, se agarra à tradição empirista e ao realismo de Russell, o que o conduz a novos problemas. Opta, então, por outros mal-entendidos em vez de superá-los. Não obstante, o behaviorismo radical possui concordâncias significativas com Wittgenstein no âmbito da filosofia da psicologia, como no antimentalismo, no antirreferencialismo e na ênfase comportamental, e apenas se beneficiaria caso assimilasse a crítica extraída do segundo pensamento de Wittgenstein.

É possível, enfim, dizer que Skinner concordaria em que as palavras mudam de opinião ou significado *como* as pessoas – ao sabor das determinações empíricas – e *com* elas – cada pessoa tem seu significado singular de cada palavra –; Wittgenstein, em contrapartida, embora concorde em que os significados mudem segundo as circunstâncias, atesta que essas circunstâncias possuem uma ordenação gramatical. O cuidado a que Saramago alerta para o trato com as palavras se faz necessário, portanto, em contextos que não passam de casos-limite de uma realidade na qual, por via de regra, nos compreendemos muito bem.



REFERÊNCIAS

- ABIB, J. A. D. O. Skinner, Materialista Metafísico? “Never mind, no matter”. In: PRADO JR., Bento. (Org.) *Filosofia e Comportamento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. pp. 92-110.
- ABIB, J. A. O contextualismo do comportamento verbal: a teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, 1994, v. 10, n. 3, pp. 473-487.
- AGOSTINHO. *Os Pensadores (Confissões; De magistro = Do mestre)*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- BOUVERESSE, Jacques. *La Force de la Règle: Wittgenstein et l'invention de la nécessité*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.
- CARNAP, Rudolf. *Psychology in Physical Language*. *Erkenntnis*, 3:107-42., Kluwe Academic Publishers, 1933.
- COFFA, J. Alberto. *The semantic tradition from Kant to Carnap*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- FORSTER, Michael N. The Autonomy of Grammar. In: GLOCK, Hans; HYMAN, John. *A Companion to Wittgenstein*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2017. pp. 269-278.
- GLOCK, Hans; HYMAN, John. *A Companion to Wittgenstein*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2017.
- HACKER, Peter. *Wittgenstein on Human Nature*. Londres: Phoenix, 1999.
- MAGALHÃES, T. O. Sobre certas dissimilaridades entre as *Investigações filosóficas* de Wittgenstein e o behaviorismo radical de Skinner. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 24, n. 43, pp. 175-225, 19 maio 2017.
- NELSON, Tony. *A noção de significado em B. F. Skinner e M. Sidman*. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – UFPA, 2001.
- PRADO JR., Bento. *Erro, Ilusão, Loucura. Ensaios*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- QUINE, Willard van Orman. *De um ponto de vista lógico*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- RUSSELL, Bertrand. *An Inquiry into Meaning and Truth*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
- SARAMAGO, José. *As Intermitências da Morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SCHULTE, Joachim. *Experience and Expression: Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. Oxford: Clarendon Press, 2003.
- SKINNER, Burrhus Frederic. *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis*. Nova York: Appleton-Century-Crofts Inc., 1938.
- SKINNER, Burrhus Frederic. *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- SKINNER, Burrhus Frederic. The Operational Analysis of Psychological Terms. *The Behavioral and Brain Sciences* 7, pp. 547-581, 1984.
- SKINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e Comportamento Humano*. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SKINNER, Burrhus Frederic. *Verbal Behavior*. Cambridge: B. F. Skinner Foundation, 2014.
- TER HARK, Michel. *Beyond the Inner and the Outer: Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1990.
- WATSON, John B. Clássico traduzido: a psicologia como o behaviorista a vê. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, pp. 289-301, 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2008000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 julho 2020.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on the Philosophy of Psychology, Vol. I e II*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.



- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen/Philosophical investigations*. 4 ed. Blackwell Publishing, 2009a.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. Philosophy of Psychology – A Fragment. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen/Philosophical investigations*. 4 ed. Blackwell Publishing, 2009b. pp. 182-244.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

